

ESPAÇO E FAMÍLIA

Cleonice Alexandre Le Bourlegat

Campo Grande tem na migração uma das matrizes mais marcantes de sua formação social, ao mesmo tempo em que possui vocação urbana altamente expressiva e precoce.

Com efeito, a população migrante ainda representa quase metade dos moradores do município, o que dá a ela um caráter de caldeamento étnico-cultural, cuja identidade encontra-se em pleno processo de constituição.

Originários principalmente de estados vizinhos, esses migrantes, a partir de década de 70, e principalmente na década de 80, vêm sendo atraídos para Campo Grande, que se transformou em um dos locais de grandes oportunidades econômicas no país e o maior centro urbano de polarização regional de Mato Grosso do Sul. A forte acumulação obtida no estado, em função, principalmente, do expressivo processo de pecuarização em moldes mais modernos e mecanização agrícola ocorrida a partir dos anos 70, com a entrada da soja sob incentivos governamentais, foi carregada para Campo Grande. Isso explica o grande dinamismo econômico da cidade e o fato dela ter apresentado uma das mais altas rendas per capita do país na década de 80 e início dos anos 90.

Os proprietários de terra constituem a camada social de maior nível de renda, em que se destacam os latifundiários, voltados para o setor da pecuária, além dos empresários agrícolas. No entanto, somam-se a eles as pessoas que ocupam os altos escalões da estrutura administrativa estadual e municipal.

A classe média e intelectual cresceu muito a partir dos anos 70, em função, principalmente, da presença de profissionais liberais e de técnicos de órgãos governamentais no atendimento à produção tecnificada do campo e às famílias que foram se instalando na cidade, além dos cargos gerenciais ocupados nos novos empreendimentos de grande porte e de uma pequena burguesia que se expressa através dos vários pequenos e médios empreendimentos no setor comercial, industrial e de serviços. Essa classe média, somada aos grupos sociais formados pelos militares graduados e funcionários públicos de segundo escalão, é que vão constituir a camada social de poder aquisitivo intermediário da cidade. São esses segmentos sociais da sociedade campograndense os principais responsáveis pela terceirização do trabalho social, que tem induzido ainda mais a urbanização em processo.

A pobreza da cidade se expressa através dos assalariados do comércio, serviços e de indústria e das pessoas ligadas a cargos subalternos da administração pública.

Já os socialmente “marginalizados”, que constituem a base dessa pirâmide social, ligam-se principalmente a trabalhos eventuais ou sazonais do campo e a pequenos serviços urbanos.

A “modernidade” que afeta a vida urbana foi facilitada, em grande parte, pelos novos hábitos e valores das camadas

sociais que mantêm contatos facilitados com outras áreas do país e do exterior, de um segmento profissional intelectualizado, ampliado pelo processo migratório, assim como de valores e hábitos externos que adentram a cidade, através dos meios de comunicação (televisão, TV a cabo, INTERNET, peças teatrais de fora, jornais e revistas), do shopping center e dos grandes supermercados, frutos desse enérgico processo de urbanização.

A forte presença de migrantes, na composição da população local, reforça o contingente de famílias desgarradas dos valores locais e desconhecedoras da própria identidade na sociedade, já que são poucos os elementos de referência na cidade, nas quais ela se reconheça.

Essa situação explica, em grande parte, portanto, o consumismo massificado da grande maioria das famílias de Campo Grande instalada nessas duas décadas, e novos valores com relação à estrutura e dinâmica familiar.

Conforme o IBGE, pelo censo de 1991, a média de moradores por domicílio em Campo Grande é de quatro pessoas. Na zona central, essa média passa para 3,57; na zona norte tem a média mais alta, ou seja, de 4,19 pessoas por domicílio. Em 1980, o órgão mostrava que 71% dos domicílios se compunham de duas a cinco pessoas. Moravam sozinhos 5,1%. As famílias de seis a dez elementos ainda tem expressividade, representando 23% do total. Famílias numerosas com mais de dez pessoas chegam a apenas 0,9%.

A cidade de Campo Grande, por outro lado, estruturou-se a partir dos contatos que mantém com as áreas externas, princi-

palmente as vizinhas. Os grandes corredores de circulação, que partem do centro da cidade em direção a todos os quadrantes do estado, passaram a ser os verdadeiros norteadores do assentamento urbano. Tornou-se uma cidade espalhada, de crescimento radial e concêntrico.

A rápida urbanização oportunizou um forte processo de especulação imobiliária, enquanto que a implantação diferencial dos serviços coletivos transformou, de forma seletiva, os lugares funcionais de negócios e os locais de moradia, alimentando ainda mais a valorização imobiliária. Com isso, o centro e sua área contígua tornaram-se muito adensados, não só para abrigar o já complexo equipamento de comércio e serviços, como as moradias das famílias que compõem as camadas sociais mais privilegiadas. O espaço urbano espelha, dessa maneira, a centralização de capitais na sociedade. Por outro lado, na periferia e nos ângulos internos formados pela abertura dos grandes corredores de transporte, está a população que sofre todo tipo de carência. Há, portanto, uma relação direta entre essa organização espacial e o poder aquisitivo das famílias assentadas.

A Planurb, atual Instituto Municipal de Planejamento de Campo Grande, realizou uma pesquisa sócio-econômica em 1988, sob o título de “Campo Grande em Dados”, cujos resultados merecem destaque para essa análise.

O trabalho salientou que a mulher urbana, que exerce apenas as funções de dona-de-casa na cidade, representava 18,2% do total da população e que, delas, 72% não tinham instrução ou apenas o primeiro grau incompleto. A mulher representava a

metade da força de trabalho em relação ao homem que trabalha em Campo Grande. No entanto, quase 80% dessas mulheres no mercado de trabalho recebiam até três salários mínimos, enquanto que a faixa salarial masculina predominante estava entre um a seis salários mínimos (74%). Os homens eram responsáveis ainda por 80% da remuneração correspondente a mais de 6 salários em relação às mulheres.

O censo do IBGE de 1991, por outro lado, mostrou que 60% dos chefes dos domicílios estavam ganhando até três salários mínimos em Campo Grande, mas 18% nem chegaram a um salário e apenas 3,4% deles ganharam acima de 20 salários.

Se olharmos para as rendas familiares, através dos dados da Planurb de 1988, a situação fica minorizada. O percentual de até três salários mínimos cai para 40% e de até um salário para 5,1%.

Quando analisamos a distribuição das rendas familiares no espaço, podemos constatar as diferenças sociais se refletindo na estrutura organizacional da cidade. Todos os setores da chamada zona central concentram famílias com rendas médias superiores a cinco salários, destacando-se aí o Jardim dos Estados, Itanhangá Park e Jardim São Bento, com as rendas médias familiares mais altas, superiores a 12 salários. Fora dessa zona, preponderam as rendas médias familiares de até cinco salários, com algumas exceções, a exemplo da Chácara Cachoeira, Santa Fé, Jardim TV Morena, Vilas Boas, Vila Sobrinho e Vila Bandeirantes. Por outro lado, as rendas médias familiares mais baixas estão na chamada zona norte da cidade, onde se destaca

o Bairro Seminário. Fora dessa zona, no entanto, encontramos alguns setores similares, a exemplo do Moreninha, Jardim Centro-Oeste, Jardim Los Angeles, na zona sul; do Jardim São Conrado, na zona oeste, e da Mata do Jacinto e Jardim Veraneio, na zona leste.

Um dado muito interessante detectado pela Planurb em 1988, é que 62% da população que habitava a cidade de Campo Grande possuía casa própria (quitada e em pagamento). Mas, por outro lado, as favelas representavam 5% das moradias, destacando-se nesse particular a zona sul e a zona oeste, onde, inclusive, a média de moradores por domicílio era mais alta, ou seja, 4,75%. Na zona norte chegou a 5,2%. As favelas, que apresentam as médias mais altas de moradores por família, estão no conjunto José Abrão (8,6%), Bairro Tiradentes (6,2%) e São Conrado (6%).

Desta forma, podemos concluir que a cidade de Campo Grande, diante do rápido processo de urbanização e de concentração urbana, com base no dinamismo econômico regional recente, possui uma morfologia e um conteúdo social que é a expressão de suas particularidades históricas e naturais, às quais se somou essa atual dinâmica de acumulação capitalista, contexto no qual a família deve ser analisada, para ser compreendida.

BIBIOLGRAFIA

BERQUÓ, Elza. A Família no Século XXI. In: *Ciência Hoje*, v. 10, n. 58.

FETTER, Marco A. A História das Formas de Organização Familiar no Brasil. *Cadernos CEDOPE* (1-5), São Leopoldo : Unisinos/Cedope, 1991.

GIDDENS, Anthony. *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo : Ed. UNESP, 1991.

HAROUEL, Jean-Louis. *História do Urbanismo*. Campinas : Papirus, 1990.

LEFEBVRE, Henri. *O Direito à Cidade*. São Paulo : Ed. Moraes, 1991.

MARTINE, George. *População, Meio Ambiente e Desenvolvimento: verdades e contradições*. Campinas : Ed. da Unicamp, 1993.

ROSSATO, Ricardo. *O Governo Brasileiro e o Crescimento Demográfico*. São Paulo : Loyola, 1981.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo : Hucitec, 1993.

SINGER, Paul. *Dinâmica Populacional e Desenvolvimento*. São Paulo : Hucitec, 1976.

SPOSITO, Maria E. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo : Contexto, 1991.

STAVENHAGEN, Rodolfo. Estratificação Social e Estrutura de Classe. In: *Estrutura de Classes e Estratificação Social*. VELHO, Otávio G. (org) et alii. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.